

## 1929: A GRANDE CRISE

Dirceu Marchini Neto<sup>1</sup>

Resenha da obra: GALBRAITH, John Kenneth. **1929: A Grande Crise**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010 (189 Páginas).

John Kenneth Galbraith, economista e filósofo keynesiano<sup>2</sup>, professor da Universidade de Harvard, escritor e ex-embaixador dos Estados Unidos da América na Índia, nascido no Canadá e naturalizado estadunidense, em 1954 escreveu o livro *1929: A Grande Crise*, livro que teve inúmeras reimpressões, inclusive em línguas estrangeiras, principalmente em épocas de novas crises de mercado e bolhas especulativas nos Estados Unidos (o original foi publicado em Inglês, com o título *The Great Crash, 1929*). A edição que lemos e que resultou nessa resenha é a da Editora Larousse do Brasil, de 2010.

Nesta obra, o autor discorre sobre o colapso econômico que abalou a economia norte-americana e a de grande parte do mundo ocidental no final da década de 1920 e ao longo da década de 1930, causado por práticas especulativas, elevação dos preços de ações e de imóveis, o que atraiu compradores e aumentou ainda mais os preços e as expectativas otimistas, até culminar na crise de 1929. Seria a ilusão dos estadunidenses, que pensavam que a especulação de títulos mobiliários traria dinheiro fácil para todos, uma das causas da crise? Seria o desejo de ficarem ricos rapidamente e com pouco esforço a causa da bolha imobiliária? Essas são questões abordadas no livro de Galbraith.

O livro possui uma *Introdução*, datada de 2009, escrita por James Kenneth Galbraith, filho de John Kenneth Galbraith, que compara e analisa as crises de 1929 e de 2008, afirmando que “em ambos os casos o governo sabia o que devia fazer”, mas não o fez, referindo-se ao governo dos Estados Unidos da América. Para James, a crise de 2008 é consequência de fraudes imobiliárias praticadas pelo governo, bancos, agências de averiguação de riscos e mutuários, que em alguns casos contraíram hipotecas que sabiam que não teriam como pagar.

---

<sup>1</sup> Professor dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade de Inhumas (FacMais), Mestre em História pela Universidade do Porto (Portugal) e doutorando em História pela Universidade de Brasília (UnB).

<sup>2</sup> “Keynesiano” é todo aquele que é adepto das ideias de John Maynard Keynes, que considerava que o Estado deveria intervir na economia sempre que isso fosse necessário.

Além da recente *Introdução* escrita pelo seu filho, John Galbraith, numa *Introdução: a visão dos anos 1990*, escrita por ele na edição de 1997, ainda compara a crise econômica da década de 1990 à Grande Crise de 1929, e chega à conclusão de que:

Estamos passando por uma importante onda especulativa enquanto este texto é escrito. Isto é óbvio para qualquer pessoa que não esteja apegada a um gênero de otimismo vazio. Há agora muito mais dinheiro no mercado de ações do que informações para orientar seu fluxo. Há muito mais fundos mútuos do que homens e mulheres com agudeza financeira e consciência histórica para administrá-los. Não sou propenso a fazer predileções. A previsão de alguém é logo esquecida, somente seus erros são bem lembrados. Mas há aqui um processo básico e recorrente. Surge com preços em elevação, seja das ações, seja dos imóveis, seja das obras de arte ou de qualquer outra coisa. Esse aumento atrai atenção e compradores, o que produz o efeito adicional de preços ainda mais elevados. Expectativas são assim justificadas pela própria atividade que faz os preços subirem. O processo continua; o otimismo, com seu efeito de mercado, é a ordem do dia. Os preços sobem ainda mais. Então, por razões que serão interminavelmente debatidas, chega o fim. A queda é sempre mais súbita que o aumento; um balão que tenha sido furado não se desinfla de modo regular (GALBRAITH, 2010, p. 16).

O autor utilizou-se de um método de pesquisa muito claro e eficiente, deixando o leitor a par das referências utilizadas por ele, que são, conforme ele mesmo explicou, documentos públicos, livros, artigos de revistas, jornais e outras fontes.

No início do livro, John Kenneth Galbraith começa contando que o presidente Calvin Coolidge, em 1928, enviou uma mensagem otimista ao Congresso dos Estados Unidos, tranquilizando todos os parlamentares com relação à situação econômica da União. E, logo nas primeiras páginas, Galbraith ainda critica os historiadores que “condenaram” Coolidge, ao longo do século XX, por não ter conseguido prever a depressão econômica que seu país e o exterior sofreriam ao longo dos anos seguintes, o que para Galbraith é injusto, tendo em vista que a situação financeira, a produção e o emprego estavam elevados e em ascensão naquele ano.

Entretanto, talvez, o erro do presidente Coolidge foi não ter assumido (e até provavelmente nem desconfiado) que algo estava errado com os preços dos imóveis, que desde meados da década de 1920 já começaram a aumentar por causa da especulação, principalmente na Flórida, e por causa do *boom* especulativo no mercado de ações. É pouco provável que Coolidge já soubesse da existência de uma bolha especulativa em 1928, mas não podemos afastar totalmente essa hipótese, pois em 1926 o número de compradores de imóveis, essenciais para o aumento dos preços, começou a se tornar escasso, principalmente depois que dois furacões

arrasaram a “Riviera dos Estados Unidos”. Em 1928, as compensações bancárias em Miami já haviam caído para 143.364 milhões de dólares, quando em 1925 o valor era de 1.066 bilhão de dólares. Segundo John Galbraith:

O *boom* da Flórida foi a primeira indicação da atmosfera da década de 1920, e a convicção de que Deus pretendia que a classe média americana ficasse rica. Mas que essa atmosfera tenha sobrevivido ao colapso na Flórida é ainda mais notável. Compreendia-se amplamente que a situação desandara na Flórida. Embora o número de especuladores fosse certamente pequeno se comparado a sua posterior participação no mercado de ações, em quase todas as comunidades havia um homem conhecido por ter levado prejuízo à Flórida. Por um século após o colapso da *South Sea Bubble*, os ingleses contemplavam as mais conceituadas sociedades acionárias com alguma suspeita. Mesmo quando o *boom* da Flórida sofreu um colapso, a fé dos americanos no enriquecimento rápido e sem esforço no mercado de ações tornava-se a cada dia mais evidente (GALBRAITH, 2010, pp. 25-26).

Quanto ao mercado de ações, o autor afirma que no começo da década de 1920, “os preços das ações eram baixos, e os rendimentos, favoráveis” (GALBRAITH, 2010, p. 26). Foi no segundo semestre de 1924 que as cotações dos títulos mobiliários começaram a subir, aumento que continuou durante 1925. A partir de 1926 é que começou o recuo nos negócios. Contudo, em 1927 o mercado se reaqueceu e as ações aumentaram consideravelmente.

Galbraith critica, também, as interpretações de estudiosos que afirmam que foi somente a partir das ações de autoridades do Federal Reserve, em 1927, que a especulação e o colapso tiveram início, pois essa explicação “exonera tanto o povo americano quanto seu sistema econômico de qualquer censura substancial” (GALBRAITH, 2010, p. 29). Explicando: em 1927, o presidente do Banco da Inglaterra, o presidente do Reichsbank e o vice-presidente do Banco da França foram até os Estados Unidos para solicitar uma política monetária mais branda, o que foi aceito pelo Federal Reserve, que reduziu a taxa de redesconto do Federal Reserve de Nova Iorque de 4% para 3,5%. Com isso, títulos mobiliários do governo foram adquiridos em larga escala e com a intenção de sobrar dinheiro para os bancos e para os indivíduos que os haviam vendido. De acordo com Kenneth Galbraith,

Os fundos disponibilizados pelo Federal Reserve foram investidos em ações ordinárias ou (e mais importante) ficaram disponíveis para ajudar a financiar a aquisição de ações ordinárias por terceiros. Assim, dispondo de fundos, as pessoas correram para o mercado acionário (GALBRAITH, 2010, p. 28).

O ano de 1928, apesar de algumas quedas no mercado mobiliário, teve altos picos de investimentos e bateu todos os recordes positivos de número de ações, chegando a Bolsa de

Valores de Nova Iorque a computar, em 16 de novembro, após a eleição do presidente Herbert Hoover, 6.641.250 ações negociadas apenas neste dia.

Para os estadunidenses, já em 1928, “todos os aspectos da propriedade de bens tornam-se irrelevantes, exceto a perspectiva de um aumento próximo do preço. Segue-se que a única recompensa proporcionada pela propriedade ao possuidor, na época do *boom*, reside no aumento dos valores” (GALBRAITH, 2010, p. 35). A especulação é que era o grande negócio.

Foi em 1929 que os preços pararam de aumentar e o número de pessoas que compravam na expectativa de novas altas começou a diminuir. Com isso, as aquisições a termo se tornaram sem significado e os investidores começaram a querer vender seus bens, culminando na “Quinta-feira Negra”, 24 de outubro de 1929, dia em que o mercado de ações dos Estados Unidos “quebrou”. Apesar disso, a doutrina dominante afirmava que o mercado de valores era apenas um espelho que refletia uma imagem da situação econômica do país: em 1929, os índices da produção industrial e da produção fabril começaram a decrescer e a produção de aço declinou.

Contudo, Galbraith nega que a crise de Wall Street fosse um mero reflexo de uma crise fundamental anterior, como mencionado acima, concedendo um papel substancial ao movimento especulativo.

Em 1929, havia boas razões, ou ao menos estratégicas, para essa visão, e é fácil compreender por que ela se tornou doutrina dominante. Em Wall Street, como em toda parte durante aquele ano, poucas pessoas queriam uma depressão grave. Em Wall Street, como em toda parte, há uma fé profunda no poder da magia. Quando o mercado caiu, muitos cidadãos em Wall Street logo sentiram o perigo real, indicando que a renda e o emprego – a prosperidade em geral – seriam adversamente afetados. Era preciso impedir que isso acontecesse. A magia preventiva requeria que um importante número de pessoas repetisse com o máximo de firmeza que isso não aconteceria. E foi o que fizeram. Explicaram como o mercado de valores era apenas a espuma e que a substância real da vida econômica residia na produção, no emprego e nos gastos, os quais, todos, continuariam não sendo afetados. Certeza disso ninguém tinha. Como um instrumento da política econômica, a magia não permite dúvidas nem escrúpulos menores (GALBRAITH, 2010, pp. 93-94).

No livro *1929: A Grande Crise*, John Galbraith ainda discorre sobre o papel do Estado durante os anos do *boom* especulativo na década de 1920 e apresenta críticas aos funcionários públicos que tinham a responsabilidade de tentar diminuir a “bolha” da especulação: o presi-

dente dos Estados Unidos, o secretário do Tesouro, o Conselho do Federal Reserve em Washington e o presidente e os diretores do banco Federal Reserve de Nova Iorque.

A regulamentação da atividade econômica sem dúvida é o mais deselegante e o mais ingrato dos encargos públicos. Quase todos se opõem a ela por princípio; sua justificativa sempre se baseia na defesa pouco agradável do mal menor. A regulamentação se origina de áspersos debates no Congresso, no qual os interesses desnudos dos grupos de pressão envolvem e expõem, revelações que se avizinham do obscuro. A promulgação e a aplicação de normas se fazem por uma burocracia esmagadora que é criticada sem cessar. Em épocas recentes, tornou-se obrigatório para os reguladores em todas as oportunidades confessarem sua incompetência, que, em qualquer caso é evidente demais (GALBRAITH, 2010, p. 41).

No final de sua obra, o autor discorre sobre os anos da Grande Depressão econômica que vieram logo após a “Quinta-feira Negra”, de 24 de outubro de 1929, e que afetou grande parte do mundo ocidental por cerca de dez anos. Nestes capítulos finais ele aborda, entre outros temas, a questão do mito dos suicídios, e apresenta números que afastam a teoria da onda de suicídios após o colapso do mercado e só por causa disso, pois o índice de suicídios já estava crescendo gradualmente desde anos anteriores, o que continuou a acontecer por diversos motivos, dentre eles, também, os econômicos.

Outra consequência do colapso foi o dano causado às reputações. A crise foi um golpe na crença da sensatez, da previsão e da honestidade das pessoas proeminentes. Segundo o autor:

No conjunto, aqueles que haviam proclamado durante o colapso que os negócios eram “fundamentalmente sólidos” deixaram de ser considerados responsáveis por suas palavras. A natureza ritual das declarações foi reconhecida; então, assim como hoje, ninguém supunha que tais porta-vozes soubessem se os negócios eram sadios ou não. Uma exceção era Hoover. Sem dúvida ele sofreu em consequência das previsões repetidas de prosperidade iminente. Entretanto, Hoover converteu o simples ritual de tranquilização próprio aos negócios num instrumento maior da política pública. Era certo, por consequência, que seria alvo de comentários políticos (GALBRAITH, 2010, p. 141).

Por fim, Kenneth Galbraith analisa as causas dessa Grande Depressão e conclui que para se chegar a esta resposta é preciso dividir o problema em duas partes. Primeiro, é preciso saber por que a atividade econômica foi reduzida em 1929 e, segundo, identificar por que, depois de ter começado a cair, a produção caiu cada vez mais e permaneceu baixa por vários anos. As últimas páginas do livro são dedicadas a estas análises.

Podemos dizer ainda que este livro de John Galbraith trata, sobretudo, de investimentos de mercado e seus riscos, sendo indispensável para todos os que se dizem “investidores” e para estudantes das mais diversas áreas do conhecimento e da natureza humana. O que torna este livro tão interessante, além da análise da especulação e da grande depressão econômica de 1929, é a observação da natureza humana, que ao longo das décadas do século XX se mostrou pouco suscetível a mudanças, tanto é que por motivos muito semelhantes diversas crises econômicas surgiram, até chegarmos ao século XXI, na profunda crise iniciada em 2008, movida, talvez, pela ganância das pessoas.

É bem provável que a repetição quase secular de alguns dos motivos da Grande Crise de 1929 e a necessidade de se compreender uma economia globalizada, fazem com que este livro seja tão procurado e analisado por estudiosos, políticos e economistas do mundo todo, mais de cinquenta anos depois da publicação da primeira edição.